

ACADEMIA DA FORÇA AEREA

Termo de Referência 93/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
93/2026	120060-ACADEMIA DA FORÇA AEREA	GUSTAVO ADEODATO JORGE	08/06/2026 14:17 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		67510.005952/2026-88

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 67510.005952/2026-88)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoal (fretamento eventual), abrangendo o fornecimento de veículos (Ônibus, Micro-ônibus e Vans), motoristas habilitados, combustível e manutenção, para atendimento às necessidades da Academia da Força Aérea (AFA), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação será dividida em lotes, formados por itens de Diária e Quilometragem Rodada, de modo a garantir a integralidade da prestação do serviço por tipo de veículo, nos termos da tabela abaixo:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM	VALOR TOTAL
	1	Serviço de transporte rodoviário de pessoal, em regime de fretamento eventual, por veículo tipo Ônibus Rodoviário Categoria Executivo, capacidade mínima de 42 passageiros sentados. Configuração obrigatória: ar-condicionado central, poltronas reclináveis, sanitário (toalete) e maleiro. Veículo com fabricação não superior a 05 anos, em perfeito estado de conservação, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo	24198	DIÁRIA	90	R\$ 2.033,33	R\$ 183.000,00	

1		CONTRAN/ANTT e Seguro APP. Inclui motorista habilitado, combustível e manutenção. Saída e retorno na Academia da Força Aérea (AFA). Unidade de Medida: Diária (24 horas).					
	2	Serviço de transporte rodoviário de pessoal, em regime de fretamento eventual, por veículo tipo Ônibus Rodoviário Categoria Executivo, capacidade mínima de 42 passageiros sentados. Configuração obrigatória: ar-condicionado central, poltronas reclináveis, sanitário (toalete) e maleiro. Veículo com fabricação não superior a 05 anos, em perfeito estado de conservação, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN/ANTT e Seguro APP. Inclui motorista habilitado, combustível e manutenção. Saída e retorno na Academia da Força Aérea (AFA). Unidade de Medida: Quilômetro (KM) rodado.	24198	KM	30.000	R\$ 12,53	R\$ 375.900,00
2	3	Serviço de transporte rodoviário de pessoal, em regime de fretamento eventual, por veículo tipo Micro-ônibus Categoria Executivo, com capacidade mínima de 22 passageiros sentados (excluindo motorista). Configuração obrigatória: ar-condicionado central, poltronas reclináveis, sistema de som e maleiro. Veículo com fabricação não superior a 05 anos, em perfeito estado de conservação, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN/ANTT e Seguro APP (mínimo R\$ 50.000,00/passageiro). Inclui motorista habilitado, combustível e manutenção. Saída e retorno na Academia da Força Aérea (AFA). Unidade de Medida: Diária (24 horas).	24198	DIÁRIA	30	R\$ 1.617,20	R\$ 48.516,00
	4	Serviço de transporte rodoviário de pessoal, em regime de fretamento eventual, por veículo tipo Micro-ônibus Categoria Executivo, com capacidade mínima de 22 passageiros sentados (excluindo motorista). Configuração obrigatória: ar-condicionado central, poltronas reclináveis, sistema de som e maleiro. Veículo com fabricação não superior a 05 anos, em perfeito estado de conservação, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN/ANTT e Seguro APP (mínimo R\$ 50.000,00/passageiro). Inclui motorista habilitado,	24198	KM	15.000	R\$ 10,95	R\$ 164.250,00
							R\$ 856.578,90

		combustível e manutenção. Saída e retorno na Academia da Força Aérea (AFA). Ressarcimento de pedágios à parte, mediante comprovação. Unidade de Medida: Quilômetro (KM) rodado.					
3	5	Serviço de transporte rodoviário de pessoal, em regime de fretamento eventual, por veículo tipo Van Categoria Executiva, com capacidade mínima de 15 passageiros sentados (excluindo motorista). Configuração obrigatória: ar-condicionado, poltronas reclináveis, vidros com película solar e porta-malas. Veículo com fabricação não superior a 05 anos, em perfeito estado de conservação, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN/ANTT e Seguro APP (mínimo R\$ 50.000,00/passageiro). Inclui motorista habilitado, combustível e manutenção. Saída e retorno na Academia da Força Aérea (AFA). Unidade de Medida: Diária (24 horas).	24198	DIÁRIA	30	R\$1.112,43	R\$ 33.372,90
	6	Serviço de transporte rodoviário de pessoal, em regime de fretamento eventual, por veículo tipo Van Categoria Executiva, com capacidade mínima de 15 passageiros sentados (excluindo motorista). Configuração obrigatória: ar-condicionado, poltronas reclináveis, vidros com película solar e porta-malas. Veículo com fabricação não superior a 05 anos, em perfeito estado de conservação, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN/ANTT e Seguro APP (mínimo R\$ 50.000,00/passageiro). Inclui motorista habilitado, combustível e manutenção. Saída e retorno na Academia da Força Aérea (AFA). Ressarcimento de pedágios à parte, mediante comprovação. Unidade de Medida: Quilômetro (KM) rodado.	24198	KM	6.000	R\$ 8,59	R\$ 51.540,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Em caso de divergência entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no Portal de Compras da União (código CATMAT/CATSER) e os constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as especificações deste Termo para efeito de execução, entrega e recebimento do serviço.

1.7. Não será realizado o pagamento pelo deslocamento do veículo vazio da garagem da contratada até o local de início da missão, nem pelo seu retorno após o desembarque final dos passageiros. Todos os custos de mobilização e desmobilização devem estar incluídos no valor ofertado para o quilômetro rodado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000030/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 10/06/2025;
- III) Id do item no PCA: 111;
- IV) Classe/Grupo: 643;
- V) Identificador da Futura Contratação: 120060-99/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível Diesel S-10 (para veículos a diesel) e, quando disponível no modelo, a utilização de sistema de tratamento de gases (como o Arla 32), visando o atendimento às fases vigentes do PROCONVE, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

4.1.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.1.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.1.4. Os veículos deverão apresentar o melhor índice de eficiência energética disponível para a sua categoria no mercado nacional, observando-se a compatibilidade com o transporte rodoviário de passageiros (fretamento executivo).

4.1.5. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da Contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Vistoria

4.4.1. Não haverá exigência de realização de vistoria prévia para a participação no certame, considerando que a natureza dos serviços de transporte rodoviário não demanda avaliação prévia de instalações físicas da Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Conforme demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço ou comunicação formal via e-mail pela Seção de Transporte de Superfície (STS), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: A prestação dos serviços de transporte rodoviário de pessoas (fretamento eventual) dar-se-á sob o regime híbrido de Diária e Quilometragem Rodada, incluindo a disponibilização de veículos, motoristas e todos os insumos necessários. A execução compreende:

a) Agendamento formal das missões pela STS;

b) Vistoria técnica e higiênica prévia pelo representante da AFA antes de cada embarque (check-list de limpeza, ar-condicionado, sanitário e odômetro);

c) Apresentação do veículo com motorista uniformizado, conforme especificações detalhadas nas obrigações da contratada deste termo, e equipado com meio de comunicação;

d) Execução do trajeto conforme roteiro definido, observando as normas da ANTT (Resolução nº 4.777/2015) e do Decreto Estadual nº 29.912/1989.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: Os serviços serão realizados de forma eventual e sob demanda ao longo da vigência contratual.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: O ponto de partida e chegada principal será a sede da Academia da Força Aérea (AFA), em Pirassununga/SP, podendo haver embarques e desembarques em aeroportos e demais localidades previstas nas Ordens de Serviço (âmbito intermunicipal e interestadual). Endereço da Academia da Força Aérea: Estrada de Aguaí, s/nº, Campo Fontenelle, Pirassununga/SP, CEP 13643-000, na Seção de Transportes de Superfície, nos dias e horários definidos para cada serviço.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Conforme definido em cada Ordem de Serviço, podendo ocorrer em turnos diurnos ou noturnos, inclusive em finais de semana e feriados, para atender ao cronograma da instrução e eventos (ex: Congresso Acadêmico de Defesa Nacional).

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Antecedência: Os veículos deverão comparecer ao local de embarque com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário previsto.

5.4.2. Substituição em caso de pane: A Contratada deverá providenciar a substituição imediata do veículo ou motorista no prazo máximo de 03 (três) horas para missões regionais e 12 (doze) horas para missões interestaduais de longa distância.

5.4.3. Medição: A contagem da quilometragem será iniciada no local de embarque e finalizada no local de desembarque final, não sendo remunerados deslocamentos entre a garagem da empresa e a sede da AFA.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Veículos: Ônibus, micro-ônibus e vans com, no máximo, 05 (cinco) anos de fabricação, dotados de ar-condicionado, cinto de segurança em todos os assentos e seguro APP (mínimo R\$ 50 mil/passageiro);

5.5.2. Mão de Obra: Motoristas devidamente habilitados, uniformizados e com encargos sociais, alimentação e hospedagem custeados pela Contratada;

5.5.3. Insumos: Combustível, lubrificantes, pneus e manutenção preventiva/corretiva por conta da Contratada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Natureza do Serviço: Fretamento eventual para apoio à instrução militar, transporte de autoridades e eventos acadêmicos;

5.6.2. Logística de Ressarcimento: Pedágios e taxas aeroportuárias serão ressarcidos mediante comprovação (extrato eletrônico/recibo), não devendo compor o preço do quilômetro;

5.6.3. Localização da Contratada: Para viabilizar vistorias prévias e agilidade em substituições (pane), a Contratada deverá observar o raio de atendimento de até 200 km da sede da AFA.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Academia da Força Aérea (AFA) e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Administração poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto (interior da AFA), mas deverá garantir canal de comunicação ágil e ininterrupto durante a execução das missões.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, imperfeição técnica ou emprego de material inadequado.

6.10. As disposições previstas neste Termo de Referência observam, no que couber, a Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Técnica

6.11. O fiscal técnico acompanhará a execução para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, assegurando a qualidade e a segurança do transporte.

6.12. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências (atrasos, falhas na limpeza, problemas mecânicos) e emitirá notificações para correção, determinando prazo para regularização.

6.13. Além do disposto acima, a fiscalização técnica observará:

6.13.1. Conferência do odômetro no início e término de cada missão;

6.13.2. Verificação presencial da higienização do sanitário e funcionamento do ar-condicionado antes da liberação do veículo;

6.13.3. Conferência dos extratos de pedágio (TAG ou recibos) para fins de ressarcimento.

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamentos, solicitando documentos comprobatórios sempre que necessário.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato coordenar a fiscalização, acompanhar os registros de ocorrências, garantir a manutenção da habilitação para fins de pagamento e emitir documento comprobatório da avaliação de desempenho da contratada.

6.16. O gestor deverá tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização em caso de infrações graves e enviar a documentação para liquidação e pagamento.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;

- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato (alínea “c”), de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato;

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

7.2.5 A apuração de responsabilidade, a dosimetria para a aplicação de sanções administrativas e a tramitação do respectivo Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI) observarão estritamente os parâmetros e procedimentos estabelecidos na Portaria GABAER nº 623/GC4, de 20 de novembro de 2023, em complemento às disposições da Lei nº 14.133/2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, ao término de cada missão, mediante ateste do fiscal técnico na Ordem de Serviço ou documento equivalente, para posterior verificação de conformidade com as especificações.

8.2. O veículo poderá ser rejeitado antes do início da missão caso esteja em desacordo com as exigências (ex: falta de higienização, ar-condicionado inoperante ou idade superior a 05 anos), devendo a Contratada providenciar a substituição imediata nos prazos estabelecidos neste Termo, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal, após a conferência da quilometragem efetivamente rodada (via odômetro) e dos comprovantes de pedágio para ressarcimento.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela perfeita execução do contrato e pela segurança dos passageiros.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/03/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17].

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

8.31. As cessões de crédito não abrangidas pela referida Instrução Normativa dependerão de prévia aprovação da Administração e sua eficácia estará condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato.

8.32. A celebração do aditamento de cessão de crédito e os pagamentos respectivos condicionam-se à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário (quem recebe o crédito), bem como à certificação de que este não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público.

8.33. O crédito a ser pago ao cessionário é exatamente aquele que seria destinado à Contratada, permanecendo inalteradas todas as prerrogativas da Administração de aplicar multas, glosas ou descontos por prejuízos causados.

8.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral e exclusiva responsabilidade da Contratada.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. O julgamento das propostas será realizado pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, de modo a assegurar a integridade e a continuidade da prestação do serviço por tipo de veículo (Ônibus, Micro-ônibus e Van).

9.3. A licitação será realizada em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, observando-se os prazos e procedimentos estabelecidos na Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. Forma de Fornecimento

9.3.1. O fornecimento do objeto será parcelado, mediante solicitações e ordens de serviço emitidas pela Seção de Transporte de Superfície (STS) da Academia da Força Aérea, de acordo com a necessidade e o cronograma de eventos da Unidade.

9.4. Critérios de Aceitabilidade de Preços

9.4.1. Em se tratando de julgamento pelo Menor Preço Global por Lote, a aceitabilidade das propostas será aferida tanto pelo valor total do lote quanto pelos valores unitários de cada item que o compõe (Diária e KM).

9.4.2. Valores unitários máximos: Os preços unitários ofertados pelos licitantes não poderão exceder os valores máximos estabelecidos na tabela de estimativa de preços constante deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta para o respectivo lote.

Exigências de habilitação Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade: Certificado de Registro para Fretamento (CRF) expedido pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), para viagens interestaduais, e registro junto à ARTESP (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), para viagens intermunicipais, ambos dentro do prazo de validade.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.15. Não há óbice à participação de cooperativas, desde que apresentem o modelo de gestão e a relação de cooperados que executarão o serviço, conforme exigido pela jurisprudência do TCU e pela nova Lei de Licitações.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) **superiores a 1 (um)**, obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices acima, será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.33.1. Registro ou inscrição da empresa nas entidades reguladoras competentes, em plena validade, sendo:

- a) Certificado de Registro para Fretamento (CRF) emitido pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres);
- b) Registro na ARTESP (Agência de Transporte do Estado de São Paulo).

9.34. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços de transporte rodoviário de pessoas, de complexidade operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- 9.34.1.1. Prestação de serviço de transporte rodoviário de passageiros, em regime de fretamento eventual ou contínuo;
- 9.34.1.2. Execução de trajetos intermunicipais ou interestaduais;
- 9.34.1.3. Comprovação de execução de quantitativo mínimo de 40% (quarenta por cento) do total de quilometragem estimada para o lote pretendido, admitindo-se o somatório de atestados de períodos concomitantes.

9.34.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à emissão, endereço do contratante e contatos para diligência.

9.35. Prova de atendimento aos requisitos da Lei nº 13.103/2015 (Lei do Motorista), mediante declaração de que a empresa observa os regimes de jornada de trabalho e descanso de seus condutores.

. Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável para a totalidade dos itens, é de **R\$ 856.578,90 (oitocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários e totais detalhados na Tabela de Estimativa de Preços em anexo a este Termo de Referência.

10.2. Para fins de julgamento e aceitabilidade, serão considerados os valores máximos globais de cada lote, conforme discriminado abaixo:

LOTE 01 (Ônibus): R\$ 558.900,00

LOTE 02 (Micro-ônibus): R\$ 212.766,00

LOTE 03 (Vans): R\$ 84.912,90

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, considerando que custos com combustíveis, manutenção e tripulação são de inteira responsabilidade da Contratada, enquanto os pedágios e taxas aeroportuárias serão ressarcidos pela Administração.

10.4. Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes situações:

10.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre os preços;

10.4.3. Reajuste anual pelo índice IPCA, conforme estabelecido na seção de Medição e Pagamento deste Termo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, conforme autoriza o Art. 18, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se houver, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, sendo franqueado o acesso a todos os interessados após a publicação do respectivo Edital de Licitação.

Pirassununga-SP, 29 de março de 2026.

GUSTAVO ADEODATO JORGE – 1º Tenente Aviador
Chefe da Seção de Transportes de Superfície – AFA

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. Referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência (12 meses), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência;

3.1.2. Encaminhar à Contratada a Ordem de Serviço ou comunicação formal contendo o itinerário, horários de

apresentação, pontos de embarque/desembarque e estimativa de passageiros com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, falhas ou irregularidades verificadas na execução, fixando prazo para correção;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, realizando o ateste dos serviços e conferindo a quilometragem inicial e final no odômetro do veículo;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado no prazo e condições estabelecidos neste Termo;

3.1.6. Aplicar as sanções previstas na lei e no Termo de Referência em caso de inadimplemento;

3.1.7. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato do Contratado ou seus prepostos.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto, observando ainda:

Obrigações Específicas de Transporte:

4.1.1. Disponibilizar motorista(s) habilitado(s) em número suficiente para o cumprimento integral do itinerário, observando os limites de jornada e descanso da Lei nº 13.103/2015;

4.1.2. Assumir total responsabilidade pelos custos de alimentação, pernoite e deslocamento de todos os motoristas, não cabendo qualquer ressarcimento por parte da AFA a título de diárias de tripulação;

4.1.3. Manter os veículos em perfeitas condições de higiene, garantindo que o sanitário (ônibus) esteja higienizado e abastecido no início de cada missão;

4.1.4. Substituir imediatamente, sem ônus para a Administração, qualquer motorista que apresente conduta inadequada ou imperícia;

4.1.5. Manter, durante toda a execução da missão, o sistema de ar-condicionado em pleno funcionamento, sob pena de glosa ou rejeição do serviço;

4.1.6. Arcar com todas as despesas decorrentes de infrações de trânsito cometidas durante a execução do contrato;

4.1.7. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar combustível Diesel S-10 (para veículos a diesel) e, quando disponível no modelo, a utilização de sistema de tratamento de gases (como o Arla 32), visando o atendimento às fases vigentes do PROCONVE, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

4.1.8. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.1.9. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.1.10. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

4.1.11. Os veículos deverão apresentar o melhor índice de eficiência energética disponível para a sua categoria no mercado nacional, observando-se a compatibilidade com o transporte rodoviário de passageiros (fretamento executivo).

Dos Uniformes

4.1.12. Os motoristas deverão se apresentar para a execução dos serviços utilizando uniforme padronizado da empresa, em perfeitas condições de limpeza e conservação, composto minimamente por:

- a) Calça social (cor escura: preto ou azul-marinho);
- b) Camisa social de mangas curtas ou longas (cor clara ou padrão da empresa);
- c) Sapato social engraxado e meias em conformidade com a cor da calça;
- d) Identificação: Crachá visível contendo nome completo, foto recente e nome da empresa contratada.

Proibição: Fica vedado o uso de calças jeans, bermudas, camisetas sem gola, chinelos, bonés ou trajes esportivos durante a execução das missões.

Obrigações Administrativas e Legais:

4.1.7. Comunicar ao Contratante, no prazo de 24h antes da missão, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do cronograma, com a devida comprovação;

4.1.8. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.9. Manter, durante toda a vigência da contratação, as condições exigidas para habilitação (SICAF, ANTT, ARTESP);

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à União;

4.1.11. Não permitir a utilização de trabalho infantil ou condições degradantes de trabalho, conforme legislação vigente;

4.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.13. Orientar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709 /2018).

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado (12 meses), independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE (AFA), mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem econômica ou operacional.

5.3.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado.

5.4. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. A contratação poderá ser extinta por qualquer dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21 (como atrasos injustificados ou falhas graves na segurança), assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- 5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos;
- 5.6.2. Relação dos pagamentos efetuados e eventuais glosas aplicadas;
- 5.6.3. Apuração de eventuais multas pendentes.

5.7. A contratação será extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de parentesco ou natureza técnica /econômica com agentes públicos que atuem na gestão ou fiscalização deste contrato, conforme vedações da Lei nº 14.133, de 2021.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pela Academia da Força Aérea (AFA), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Carlos, Seção Judiciária de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, _____ (identificar o Contratado), inscrito no CNPJ sob o nº _____, declara que está ciente e concorda integralmente com as disposições, exigências técnicas e obrigações previstas no Edital e no Termo de Referência relativos ao Pregão Eletrônico nº ____/2026 – Academia da Força Aérea (AFA).

Declara, ainda, que:

- 1 - Possui pleno conhecimento das condições locais e dos requisitos operacionais para a prestação dos serviços de transporte rodoviário de passageiros (Ônibus, Micro-ônibus e Vans);
- 2 - Responsabiliza-se, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade de todas as informações, atestados de capacidade técnica e documentos apresentados durante o processo de contratação;
- 3 - Vincula-se estritamente à proposta comercial apresentada, mantendo as condições de habilitação e qualificação técnica (ANTT/ARTESP) durante toda a vigência do ajuste.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUSTAVO ADEODATO JORGE

Chefe da Seção de Transportes de Superfície



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 14:17:08.

GILMAR LUIZ DOS SANTOS

Membro da Comissão de Planejamento

THADEU PEREIRA ALVES DE CARVALHO

Membro da Comissão de Planejamento

WELLINGTON MARCELO FERNANDES

Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência nº 93/2026
Data/Hora de Criação:	08/06/2026 17:18:55
Páginas do Documento:	20
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	21
Hash MD5:	753d9ed995895a73ce37344406538276
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten GUSTAVO ADEODATO JORGE no dia 08/06/2026 às 14:19:36 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento THADEU PEREIRA ALVES DE CARVALHO no dia 08/06/2026 às 14:22:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten GILMAR LUIZ DOS SANTOS no dia 08/06/2026 às 21:51:57 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel WELLINGTON MARCELO FERNANDES no dia 10/06/2026 às 11:14:26 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO